



Notificação COTEF.SURICATO.TCEMG nº 27/2023

Ao Sr. Gestor e ao Sr. Controlador Interno de Três Marias/MG

URGENTE

NOTIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 048/2023

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por sua Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, por meio do uso de técnicas e ferramentas de análise de dados e informações provenientes de múltiplas fontes e formatos, e do acompanhamento contínuo, em especial o monitoramento das publicações e divulgações das unidades jurisdicionadas (art. 6º, I, “e”, da Resolução TCEMG nº 09/2020), constatou **indícios de direcionamento**, no **Processo Licitatório nº 236/2023, Pregão Eletrônico Nº 048/2023, do Município de Três Marias/MG**, que tem como objeto a aquisição de materiais de informática de marcas e modelos específicos.

Salienta-se que esta Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização – COTEF/SURICATO-, em razão das irregularidades verificadas no referido Processo Licitatório, encaminhará o **Ofício SURICATO-TCEMG nº 308/2023**, comunicando que foram identificados, nas descrições dos itens do instrumento convocatório, indícios de direcionamento à marca/fornecedor.

Em resposta ao Ofício retro mencionado, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Três Marias informou, no dia 31/10/2023, que o certame foi corrigido, com republicação e nova data para abertura e julgamento das propostas, no dia 14/11/2023. Contudo, apesar da retificação do edital, persistem os apontamentos expostos no **Ofício SURICATO-TCEMG nº 308/2023**, conforme detalhamento a seguir.

1. Dos indícios de direcionamento

Constatou-se, conforme apontado no Ofício SURICATO-TCEMG nº 308/2023, que, em determinados itens do instrumento licitatório, foram inseridas especificações que limitam o objeto licitado a marcas/fornecedores específicos. Nesse sentido, foi identificada a manutenção dos seguintes indícios de direcionamento:

- **Nos itens 1 e 2**, de aquisição de computadores e notebooks, com além de extenso detalhamento, foi **mantida integralmente** a exigência de que a Placa Mãe seja do mesmo fabricante do equipamento.

Nesse sentido, destaca-se entendimento jurisprudencial de que restringem o caráter competitivo do certame exigências de que a placa mãe e a Bios sejam do mesmo fabricante do equipamento, ou que requeiram declaração do fabricante para demonstrar o atendimento das características técnicas especificadas no edital (TCU, Acórdão 1881/2015-Plenário).

- **No item 3**, de aquisição de multifuncional, a descrição é excessivamente detalhada, com **todas as características** coincidentes com o modelo [HP M432FDN](#), inclusive **especificações máximas**.

- **No item 4**, de aquisição de impressora multifuncional, a descrição é demasiadamente detalhada, com exigência das precisas dimensões (com e sem embalagem) e do peso do equipamento, coincidindo **integralmente** com o modelo [Epson Ecotank L3250](#).

- **No item 5**, também de aquisição de multifuncionais, a descrição é mais uma vez demasiadamente detalhada, com exigência das precisas dimensões (com e sem embalagem) e do peso do equipamento, coincidindo integralmente com o modelo [Epson Ecotank L6270](#).

- **No item 6**, de aquisição de filtro de linha, a descrição, assim como no primeiro edital, aparenta copiar a ficha técnica do produto listado como referência (**iClamper Energia 8 + USB**), com exigências demasiadamente específicas, como tempo típico de resposta, máxima tensão e descarga elétrica, dentre outras, além de exigências aparentemente irrelevantes à funcionalidade do equipamento, como as **exatas dimensões, cor e peso definidos**.

Como se sabe, a escolha da marca em certames licitatórios é a exceção, ficando condicionada à presença de justificativas técnicas, conforme a Súmula nº 270 do TCU e arestos consolidados da Corte de Contas da União^[1]. No entanto, não identificamos no edital quaisquer justificativas técnicas ou de padronização que ampare a escolha da marcas e modelos previstas no instrumento convocatório.

Destaca-se, ainda, que foram inseridas na especificação dos itens 04 e 05 uma série de características **máximas**, impedindo a administração pública de adquirir produtos de qualidade superior. Também se verificou o detalhamento das precisas dimensões e peso da impressora, sem qualquer justificativa técnica para tais exigências.

Quanto a isso, necessário destacar que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, ou que estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (art. 3º, caput, c/c § 1º, I, da Lei nº 8.666/93).

A Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02), por sua vez, dispõe em seu art. 3º, II, que a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União possui consolidada jurisprudência quanto a situações em que há inclusão de especificações excessivas pela Administração Pública:

^[1] Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação. A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/16 – Plenário). A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/16 – 2ª Câmara).

A configuração exacerbada, com ênfase em aspectos impertinentes, sinaliza que houve direcionamento para determinado modelo de produto e/ou de fabricação exclusiva, deixando à margem bens de desempenho semelhante, de melhor relação custo-benefício e de comercialização generalizada. Ademais, tal irregularidade dificulta e, até mesmo inviabiliza, o julgamento objetivo das propostas, conforme determina o art. 45 da Lei nº 8.666/93, pois dado o nível de detalhamento e o número demasiado de atributos técnicos a serem conferidos, há espaço para todo tipo de interpretação acerca do produto ofertado estar, ou não, consonante com o edital. Em virtude da situação relatada, será proposta determinação ao órgão licitante a fim de evitar a reiteração da prática irregular. (...) (Acórdão nº 168/2009 – Plenário. Data da Sessão: 11/02/2009) (G.N.)

2. Da ausência de justificativa técnica em Edital

Quanto à ausência de justificativa para a realização do certame, relembre-se que os atos administrativos têm como elementos (1) a competência, (2) a forma, (3) os motivos legal e fático, (4) o objeto e (5) a finalidade. Em sendo assim, depreende-se que há de ser apresentada a motivação fática para a necessidade da satisfação de interesses públicos (finalidade) que levaram a aquisição do bem com as características como as exigidas. É indispensável que se explicita, o porquê da aquisição de determinado bem com vistas a demonstrar que o vem a ser adquirido se coaduna perfeitamente ao interesse da coletividade que é a quem o bem ou serviço se destina.

Observou-se, em sentido diverso, que não houve justificativa apresentada no texto do edital, não havendo, portanto, fundamentação para a necessidade das aquisições pretendidas para satisfação do interesse público, em seus diversos objetos e quantitativos.

Além disso, conforme salientado anteriormente, as diversas menções a marcas e modelos específicos não foram acompanhadas de justificativa técnica que fundamentassem a **excepcionalidade** da necessidade de contratação de marca específica, em afastamento de outros fornecedores/marcas concorrentes.

3. Da responsabilidade do Controle Interno municipal

A Constituição Federal, em seu art. 74, dispõe sobre as finalidades do sistema de controle interno dos órgãos da administração pública, assim dispondo:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) IV - **apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional**.

Nesse sentido, observa-se que a presente notificação está sendo encaminhada por esta Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização à Controladoria Interna do Município, por meio do e-mail informado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

4. Conclusão



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria Geral
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO
Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização



Ante o exposto, observou-se que, embora comunicada, por meio do **Ofício COTEF/SURICATO nº 308/2023**, acerca existência de exigência restritiva da competitividade do certame, a Administração Pública Municipal, apesar de retificar parcialmente o Instrumento Convocatório, acabou mantendo várias das especificações apontadas anteriormente como indevidas, isto é, **sem que o fossem alterados, de forma suficiente, os indícios de direcionamento identificados no Ofício.**

Solicita-se, portanto, aos responsáveis pela administração e pelo controle interno municipal, **com a urgência que o caso requer**, manifestação quanto ao exposto na presente notificação.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.

Fábio Dias Costa

Coordenador de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização – COTEF/SURICATO